

MAGISTRADOS judiciais e do Ministério Público defenderam ontem a necessidade de se criarem condições de segurança para que a sua intervenção na aplicação da justiça seja com a devida serenidade.

Falando na abertura da XIX Reunião do Grupo Africano da União Internacional de Juízes que decorre na cidade de Maputo, Carlos Mondlane, presidente da Associação Moçambicana de Juízes, recordou a passagem, ontem, do terceiro ano do bárbaro assassinato do juiz Dinis Sílca, por indivíduos até aqui desconhecidos.

Explicou que o juiz morreu por causa do trabalho que realizava, facto que abalou a classe e constituiu um atentado grave para o Estado de Direito.

"Hoje, quando se fala de justiça em Moçambique, os problemas de segurança dos magistrados são os mesmos que ocorrem nos países africanos. Por isso, exigimos segurança para os que fazem a justiça. É importante que discutamos e troquemos experiências nesta matéria. Temos de ter posições claras sobre a forma como nós podemos intervir para garantir um reforço maior para a aplicação da justiça", disse.

Por seu turno, o ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Isaque Chande, apontou que um sistema de justiça forte, dotado de juizes independentes e comprometidos com o Estado de Direito, pode constituir um feixe de esperança para o melhoramento da imagem dos países africanos.

## PARA MELHOR APLICAR A JUSTIÇA Magistrados querem reforço da segurança

*Notícias, Sociedade, 09.05.2017, ed. 30.042, pág. 05*



Magistrados exigem reforço da segurança para trabalharem melhor

"Será na conjugação do princípio da separação de poderes, da independência e unicidade do Estado que se devem encontrar as aberturas necessárias para a construção de um sistema virado para o cidadão, onde a celeridade processual, a integridade e imparcialidade sejam as marcas da excelência que buscamos", defendeu.

A XIX Reunião do Grupo Africano da União Internacional de Juízes tem como objectivo reflectir sobre questões ligadas à justiça, cidadania e os desafios da independência do judiciário em África, na lógica da consolidação e efectivação do Estado de Direito.

O evento decorre sob o lema "Lei, justiça e cidadania: desafios enfrentados na independência

judicial em África".

Os debates estarão centrados no "Papel dos órgãos de gestão e disciplina judiciais em África: poderes e limitações"; "O papel do Executivo na garantia da independência judicial"; "Independência judicial, direitos humanos e acesso à justiça"; e "Integridade judicial: abordagens modernas da ética judicial".